

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DESPOTISMO NA FILOSOFIA DE MONTESQUIEU

Patrícia Carvalho Reis¹

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de fazer algumas considerações sobre as ideias concernentes ao governo do Oriente que circulavam na Europa e que, possivelmente, influenciaram Montesquieu na construção do seu conceito de regime despótico.

PALAVRAS-CHAVE: Oriente. Montesquieu. Regime despótico.

ABSTRACT

This article has the objective of making some considerations about the ideas concerning the government of the East that circulated in Europe and that, possibly, influenced Montesquieu in the construction of its concept of despotic regime.

KEYWORDS: East. Montesquieu. Despotic regime.

Em sua obra “Venise et la Sublime Porte”, Lucette Valensi diz que muitos embaixadores venezianos descreveram, nos seus cadernos de viagem, o Império Otomano como um regime despótico. Nesse sentido, a autora afirma que, em 1637, Pietro Foscarini caracteriza o governo do Imperador otomano Mourad IV como absoluto e despótico (VALENSI, 1987, p. 9). Valensi prossegue seu estudo afirmando que Foscarini conhecia o Império Otomano, uma vez que morou por três anos nesse território. Assim como ele, em período anterior e posterior, outros embaixadores da República de Veneza residiram em Constantinopla, atual Istambul.

Valensi ainda afirma que, desde o século XIII, Veneza mantém em Constantinopla um representante permanente. Geralmente, o embaixador permanecia por dois anos no cargo. No seu retorno, esses embaixadores deveriam apresentar publicamente uma relação detalhada do que eles presenciaram nos locais em que viveram. Destaca-se que, entre o início do século XVI e o retorno de Foscarini, mais de quarenta enviados da República voltaram para expor ao Senado o resultado de suas observações (VALENSI, 1987, p. 11-12).

Esses relatos dos embaixadores venezianos foram traduzidos para outras línguas. Em francês, o documento que continha tais estudos dos embaixadores venezianos teve algumas

¹ Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Minas Gerais – Brasil. E-mail: patricia.carvalhoreis@hotmail.com

edições, em especial a de 1602 e a de 1611. Tais relatos forneciam os limites de cada Estado, as características humanas, materiais e financeiras, a avaliação do governo e as alianças que mantinham. Em suma, essas descrições eram fruto de uma observação atenta dos embaixadores em relação aos principais aspectos do território investigado (VALENSI, 1987, p. 22-23).

A descrição feita por esses embaixadores é marcada por sentimentos de fascinação e aversão. Um fato que os fascinava era a imensidão do território do imperador oriental. Ele era o senhor de toda a Grécia, de toda a Ásia Menor, de todas as extremidades das possessões venezianas, de todos os lados da Ásia no Mediterrâneo, de todos os mares da África até Gilbratar (VALENSI, 1987, p. 33-34).

Além da imensidão territorial, o imperador possuía um exército invencível e grande. Segundo Valensi, em 1521, o embaixador veneziano Marco Minio relatou que, devido ao enorme poder do Império e de seu exército, o “Grande Turco” tinha nas mãos as chaves de toda Cristandade, de sorte que podia facilmente penetrar nas vísceras dos cristãos (VALENSI, 1987, p. 38).

Outros embaixadores também relataram a grandeza e o medo que o Império Oriental despertava. Além do fascínio que o exército e o território oriental causava nos embaixadores venezianos, outra questão os despertava ainda mais: a sua ordem política. Nesse regime, todos eram subordinados ao centro, todos dependiam do ponto mais alto. Assim, percebia-se uma perfeita orquestra e uma completa mobilização das energias ao serviço da grandeza do sultão (VALENSI, 1987, p. 42).

De acordo com Valensi, a descrição do Oriente feita por Navagero invocava a disciplina de um monastério em que todos os homens, todos os corpos deviam participar do esplendor imperial. Disso resultava a submissão absoluta dos sujeitos e, também, a autoridade igualmente absoluta do soberano (VALENSI, 1987, p. 46).

Outra questão que chamava a atenção de alguns embaixadores correspondia à ausência da aristocracia e de corpos intermediários no Império Otomano. Em decorrência disso, alguns constatavam que todas as pessoas desse império eram igualmente escravas, submetidas ao arbítrio do imperador. Seguindo ainda Valensi, algumas práticas chocavam os observadores venezianos, como a incerteza da transmissão do poder. Nesse império, havia uma dinastia que exercia o poder sem dividi-lo, mas não se sabia quem, entre seus filhos, sucederia o sultão reinante. Por isso, parricídios e fratricídios eram tão comuns nesse território (VALENSI, 1987, p. 53). Ademais, outro ponto que espantava os venezianos era a ausência do sultão nos assuntos

de governo, tendo em vista que ele abandonava a gestão dos negócios e dedicava todo seu tempo às suas mulheres e eunucos (VALENSI, 1987, p. 53).

Valensi ressalta que alguns viajantes venezianos, principalmente os do início do século XVI, destacaram pontos positivos do Império Turco. Entretanto, no final do século XVI, essa intérprete afirma que o olhar dos venezianos em relação aos turcos se modificou de forma considerável. A visão do Império do Oriente se baseava, nesse momento, no critério da negação, da falta. Os embaixadores enfatizavam a corrupção do império, o seu mau funcionamento (VALENSI, 1987, p. 90).

Na França, alguns indivíduos também se destacaram ao traçar relatos sobre o Oriente. Tavernier, notável comerciante, viajou ao Oriente e descreveu o que lhe chamara atenção nesse lugar. Segundo Charles Dédéyan, Tavernier era um excelente observador, com uma memória prodigiosa e um grande espírito de iniciativa. Suas análises sobre o Oriente foram publicadas no seu livro “Voyages em Turquie, em Perse et aux Indes”, em 1677-1679, em três volumes em Paris. Seus relatos obtiveram um sucesso considerável e foram reimprimidos sete ou oito vezes, traduzidos para o inglês, alemão e holandês² (DÉDÉYAN, 1988, p. 20-21).

Outro viajante que trouxe informações importantes do Oriente foi Jean Chardin. Filho de um joalheiro protestante, Chardin nasceu no ano de 1643 na França. Com menos de 22 anos, foi enviado por seu pai às Índias Orientais para realizar o comércio de diamantes. Durante seis anos, Chardin mora em Isphan e é agraciado com o título de comerciante do rei da Pérsia. Entretanto, esse viajante se dedica menos ao comércio do que ao estudo da língua e dos costumes desse lugar. O título de comerciante do rei, obtido seis meses após a sua chegada, fez com que Chardin tivesse relações com indivíduos importantes da corte. Isso permitiu a Chardin coletar ensinamentos preciosos sobre o sistema político e militar da Pérsia (DÉDÉYAN, 1988, p. 21-22).

Em 1670, esse viajante retorna à França, mas, já no ano seguinte, em agosto de 1671, volta à Pérsia permanecendo nesse local e nos seus arredores por dez anos. Em 1686, Chardin publica um in-fólio com dezoito gravuras da primeira parte de sua viagem, de Paris à Isphan. Em 1711, ocorre a publicação da obra “Journal des Voyages du Chevalier Chardin en Perse et aux Indes Orientales” na qual descreve as suas viagens³ (DÉDÉYAN, 1988, p. 21-22).

² Ressalta-se a influência dessa obra no pensamento de Montesquieu, apesar de ela ser citada expressamente na obra “Do Espírito das Leis” apenas uma vez (página 203 da edição de 1979). Nas Cartas Persas, Montesquieu faz referência a esse autor na carta 72.

³ Em 1713, Chardin morre com a idade de 69 anos (DÉDÉYAN, 1988, p. 21-23).

Essa obra de Chardin foi estudada por Montesquieu e outros pensadores de sua época para entender o governo do Oriente.⁴ Outros viajantes que também tiveram influência no pensamento de Montesquieu foram P. Ricaut com sua obra “Histoire de l’État présent de l’Empire Ottoman” de 1668, traduzida para o francês em 1670, e F. Bernier com sua obra “Voyages contenant la description des États du Grand Mongol, de l’Indoustan, du Royaume de Cachemire, etc.” (BINOCHE, 1998, p. 213). Ao lado desses viajantes, observamos a presença de Barthélemi d’Herbelot e Galland, estudiosos do Oriente. Herbelot se dedica ao estudo do persa e do turco e escreve um dicionário árabe, persa e turco em três volumes. Galland também se dedica ao estudo das línguas orientais. Em 1679, Colbert o envia para o Oriente com o fim de procurar manuscritos e objetos antigos⁵ (DÉDÉYAN, 1988, p. 25).

Deve-se salientar também que outra importante fonte para a compreensão da religião oriental foi a tradução para o francês do Alcorão elaborada pelo senhor Ryer em 1647 (DÉDÉYAN, 1998, p. 55). Ademais, não podemos esquecer que, em 1674, foi publicado em Paris o famoso livro de Jean Paul Marana, “O Espião Turco”, obra que influenciou bastante Montesquieu. A semelhança entre essa obra e o romance “Cartas Persas” é tão clara que várias edições holandesas acrescentaram, após o título “Cartas Persas”, o seguinte trecho “ao gosto do Espião Turco⁶” (DÉDÉYAN, 1988, p. 61). Segundo Dédéyan, outra obra que também influenciou Montesquieu foi “O Siamês” de Charles Dusfreny (DÉDÉYAN, 1988, p.72).

É interessante destacar o comentário de Bertrand Binoche sobre a forma com que Montesquieu se apropria dos relatos dos viajantes explicitados acima. Segundo o intérprete francês, Montesquieu utiliza-se de duas operações para chegar ao seu conceito de despotismo. A primeira consiste no processo de “seleção” e ocorre quando o filósofo de La Brède descarta tudo aquilo que não pode se identificar com o conceito de despotismo. Assim, Montesquieu rejeita as questões pelas quais os viajantes demonstram admiração, como a civilidade que

⁴ Na carta 72 do romance “Cartas Persas”, Montesquieu, por meio do personagem Rica, cita esse autor. Posteriormente, na obra “Considerações sobre as Causas da Grandeza dos Romanos e de sua Decadência”, de 1734, Montesquieu também faz referência a esse viajante (MONTESQUIEU, 2002, p. 189). Nos “Mes pensés”, também observamos o nome de Chardin⁴. Por fim, na obra “Do Espírito das Leis”, observamos algumas alusões a esse viajante (MONTESQUIEU, 1979, p. 36 e 361).

⁵ É no período de 1704 a 1717 que aparecem os contos que fundam sua reputação na Europa: “As mil e uma noites”, contos árabes traduzidos para o francês (DÉDÉYAN, 1988, p. 25). Jorge Luís Borges, no seu conto “As mil e uma noites”, diz que a tradução de Galland constituiu um acontecimento fundamental para todas as literaturas da Europa. Algumas páginas depois, Borges diz que essa obra provocou uma espécie de escândalo e, ao mesmo tempo, certo encantamento na França (BORGES, 1983, p. 76-85). O escritor argentino ainda afirma que a origem da obra “As mil e uma noites” é misteriosa. Milhares de autores foram responsáveis pela elaboração dessa obra, sendo que nenhum deles pensou que estivesse contribuindo para um livro ilustre (BORGES, 1983, p. 78).

⁶ Pietro Toldo elaborou uma lista de aproximações entre as “Cartas Persas” e o “Espião Turco” no artigo “Giornale Storico della letteratura italiana” (Dédéyan, 1988 p. 58).

Tavernier observou na corte da Pérsia, e o grande amor dos persas pela ciência, retratado por Chardin (BINOCHE, 1998, p. 219).

Observa-se, também, que Montesquieu restabelece, do seu jeito, várias das grandes afirmações dos viajantes, eliminando características que não lhe interessavam. Percebe-se, assim, que Montesquieu elimina qualquer traço de ambivalência dos relatos dos viajantes e somente destaca os aspectos negativos dos governos do Oriente.

Um exemplo dessa operação de seleção praticada por Montesquieu, descrita por Binoche, refere-se ao caráter absoluto do poder. Como lembra esse autor, apesar de muitos viajantes estarem de acordo com isso, alguns, como Ricaut, chegam a afirmar que o grande senhor, por mais absoluto que seja, é, de qualquer forma, tolhido pelas leis. Chardin também afirma que, com o reino de Abas, a Pérsia era o império mais feliz e mais próspero do mundo e os súditos de lá eram bem nutridos e bem vestidos (BINOCHE, 1998, p. 219).

A outra operação efetuada por Montesquieu consiste no processo de inversão das informações das quais ele dispõe. Apesar de essa operação ser pouco utilizada, Binoche diz que Montesquieu modifica o próprio conteúdo das informações descritas pelos viajantes. Podemos observar essa prática na questão envolvida com os negócios no Oriente. A título de exemplo, segundo Binoche, Chardin menciona expressamente a importância da profissão relacionada com os negócios no Oriente, afirmando que é um ofício bastante honrado (BINOCHE, 1998, p. 222). Por sua vez, Montesquieu diz que tal profissão é quase inexistente no Oriente tendo em vista que as pessoas somente devem preocupar com as questões do dia-a-dia (MONTESQUIEU, 1979, p. 74). Em outra passagem, Montesquieu diz que é inútil falar do comércio nos regimes despóticos, pois uma nação que está na servidão trabalha mais para conservar do que para adquirir (MONTESQUIEU, 1979, p. 285).

Dessa forma, observa-se como Montesquieu cria o seu conceito de despotismo. Ele se apoia em vários relatos do Oriente elaborados por viajantes franceses e seleciona as características negativas dessas observações. Entretanto, Montesquieu não apresenta as características positivas mencionadas por tais viajantes. Salienta-se que esse processo de seleção é acompanhado por um destaque pelas frases retóricas marcadas pelo sentimento de medo. Por fim, também observamos que Montesquieu modifica algumas informações dos relatos dos viajantes.

Esse caminho percorrido por Montesquieu tem uma explicação. O autor francês não está interessado em trabalhar, de forma direta, com as características do Oriente. Ele tem o propósito de reunir as características e os modos de conduta típicos de um governo arbitrário

para dar embasamento ao seu conceito de despotismo. Percebe-se, assim, uma diferença entre o modo de trabalho de Montesquieu e o dos indivíduos que coletavam informações sobre o Oriente. Por mais que Montesquieu se interesse pelos fatos, não podemos esquecer que a sua análise é a de um pensador político. E, para exercer o seu trabalho, é indispensável a elaboração teórica de alguns conceitos.

Num primeiro momento, pode parecer contraditório o percurso feito por Montesquieu nessa elaboração do seu conceito de despotismo. Afinal, na sua obra, é perceptível o apreço que esse autor tem pelos fatos, pela pesquisa concreta, e seu distanciamento em relação às teorias abstratas. Aliás, esse seu modo de pensar é a causa determinante para que ele seja conhecido como o “Newton” do mundo sócio-político. Nesse sentido, Simone Goyard-Fabre ressalta que Montesquieu, assim como Newton, opta por iniciar sua pesquisa a partir dos fatos e os elevar ao nível inteligível em vez de partir dos princípios gerais para deduzir deles alguns casos particulares (GOYARD-FABRE, 1993, p. 63).

Esse caminho percorrido por Montesquieu tem um objetivo: o filósofo francês está mais preocupado em elaborar mecanismos de combate aos regimes arbitrários do que em fazer uma descrição do governo do Oriente. Como percebe Montesquieu, os governos orientais, por mais que tenham pontos positivos (na visão dos viajantes) se destacam pelo fato de não garantir direitos aos indivíduos que lá habitam. Além disso, Montesquieu constata que o regime despótico não é uma especificidade do Oriente, uma vez que ele pode existir em qualquer lugar. Assim, Montesquieu está interessado em analisar o regime despótico independentemente de uma ligação territorial específica. Se esse regime parece vigorar no Oriente, o autor francês pesquisará alguns traços desse território, mas, a sua investigação primordial não é o Oriente, e sim, o regime despótico.

Podemos dizer que esse caminho escolhido por Montesquieu na construção do seu conceito de despotismo lhe acarretou severas críticas. Muitos autores afirmaram que esse regime não existia, era uma quimera. Entretanto, o próprio Montesquieu chegou a responder a esse comentário. Destacamos a seguinte resposta de Montesquieu⁷ a Risteanu:

Mas eu não posso pensar como você no que concerne ao despotismo. Um governo que é ao mesmo tempo o Estado e o príncipe vos parece quimérico: eu penso, ao contrário, que ele é bem real e eu creio tê-lo descrito de acordo com a verdade (MONTESQUIEU, 1751 *apud* BINOCHÉ, 1998, tradução nossa)

⁷ Carta a Risteanu na data de 19 de maio de 1751. Essa informação está na página 240 da obra “Introduction à De l’esprit des lois de Montesquieu” de Bertrand Binoche.

Assim, Montesquieu defende a ideia de que não é uma ilusão existir um governante que somente obedeça aos seus caprichos e trate os súditos como escravos. Tanto o romance “Cartas Persas” quanto a obra “Do Espírito das Leis”, obras mais importantes do pensador francês, dão uma grande ênfase ao despotismo. Esse pensador combate o regime arbitrário durante todo seu percurso intelectual. De nosso ponto de vista, tratar o regime despótico como algo irreal é escolher um caminho de interpretação simplista e infrutífero.

Entretanto, se temos consciência de que Montesquieu se apropriava de uma forma infiel dos relatos dos viajantes na construção do seu conceito de regime despótico, como podemos afirmar que esse regime realmente existia? A resposta para esse questionamento terá como alicerce a própria fala de Montesquieu presente na obra “Considerações sobre as Causas da Grandeza dos Romanos e de sua Decadência”: “É um erro acreditar que exista no mundo uma autoridade humana despótica sob todos os aspectos: ela nunca existiu nem jamais existirá. O mais extenso dos poderes é sempre limitado por algum aspecto”⁸ (MONTESQUIEU, 2002, p.189).

Dessa forma, percebe-se que, na sua obra de maturidade, “Do Espírito das Leis”, Montesquieu exacerba as características do regime despótico com o fim de transmitir a sua ideia de repúdio a qualquer conduta opressiva do governante. Ele cria o seu conceito de despotismo para desenvolver, por contraste, a defesa do regime que tem como objetivo a liberdade.

Assim, conforme já mencionamos anteriormente, Montesquieu não tem tanto interesse em desvendar o exato regime do Oriente. Ele está mais interessado em construir uma estrutura teórica do regime despótico para, então, pensar em mecanismos de combate a esse regime. A seguinte passagem de Goyard-Fabre confirma essa ideia:

Para ele, a mitologia do déspota, oriental ou não, não é quimérica; ela tem valor de instrumento operatório e serve para revelar a necessidade da liberdade que prova uma humanidade responsável, então, verdadeira (GOYARD-FABRE, 1993, p. 151).

Além disso, percebe-se que o autor francês relaciona o seu estudo sobre o despotismo oriental com o que ele presencia em seu próprio país. Salienta-se que Montesquieu tinha 26 anos quando Luis XIV morreu, em 1715. Assim, o iluminista francês pôde acompanhar os atos autoritários desse governante. Alguns anos mais tarde, o seu sucessor, Luis XV, que na época do falecimento de Luis XIV tinha apenas cinco anos, também governará de forma autoritária.

⁸ As citações da obra “Considerações sobre as Causas da Grandeza dos Romanos e de sua Decadência” nesse trabalho baseiam-se na tradução realizada por Vera Ribeiro, Editora Contraponto, 2002.

Montesquieu observou que esses governantes franceses possuíam muitos poderes e isso aproximava a França dos governos despóticos.

A preocupação de Montesquieu em relação à instauração do despotismo no território francês é demonstrada em várias passagens de sua obra. Destacamos a seguinte crítica dirigida a Richelieu que nos parece bastante elucidativa: “O Cardeal de Richelieu quer que se evitem, nas monarquias, os inconvenientes das companhias, que tudo dificultam. Ainda que esse homem não tivesse tido o despotismo no coração, tê-lo-ia na cabeça.” (MONTESQUIEU, 1979, p. 69-70). Além disso, na carta 92 do romance “Cartas Persas”, Usbek equipara Luis XIV ao Xá Abas (MONTESQUIEU, 2005, p. 132).

Dessa forma, percebemos que o regime despótico era também o temor de povos europeus. Um exemplo que demonstra isso consiste nos já mencionados panfletos que circulavam na França no século XVII. Destacamos o seguinte trecho do “*Soupirs de la France Esclave qui aspire après la Libertè*”, publicado anonimamente:

É o poder despótico e o poder arbitrário, absoluto e sem limites que os Reis da França se atribuem, e que Louis XIV exerceu e exerce de uma maneira a fazer tremer todos os Países que têm Reis. O Rei da França não acredita estar preso por nenhuma lei, sua vontade é a regra do bom e do direito, ele acredita estar obrigado a dar conta de sua conduta somente a Deus, ele pensa que ele é o senhor absoluto da vida, da liberdade, das pessoas, dos bens, da Religião e da Consciência dos seus Súditos (1689, p.29-30, tradução nossa).

Outra questão que merece ser destacada consiste no fato de que, no século XVIII, na França, assim como em outros lugares da Europa, os pensadores não podiam expressar seus pensamentos contra o governo. As consequências de tal ato poderiam ser penosas. Desse modo, muitos escritores, ao associar o despotismo ao Oriente, na realidade, descreviam o que eles vivenciavam em seu próprio território. Eles faziam uso de um recurso metafórico para não serem penalizados por seus governantes.

Devido a essa circunstância, muitos escritores desse período optavam pelo anonimato, como foi o caso de Montesquieu. Lembramos que somente alguns anos mais tarde, ele assumiu a autoria do romance “Cartas Persas”. Além disso, Montesquieu tomou o cuidado de não publicar as “Cartas Persas” e as “Considerações sobre as Causas da Grandeza dos Romanos e de sua Decadência” na França, publicando-as na Holanda. A obra “Do Espírito das Leis”, por sua vez, foi publicada em Genebra.⁹ Além disso, é importante destacarmos que, logo após a

⁹ Essas informações foram baseadas no Índice Cronológico (p. 12 e 13) presente nas “Oeuvres Complètes” de Montesquieu, Éditions du Seuil, 1964.

publicação das Cartas Persas, as pessoas ao redor do regente e os membros do clero se irritaram com essa obra. Como consequência, tanto o romance “Cartas Persas” quanto a obra “Do Espírito das Leis”¹⁰ foram catalogados no INDEX.

Diante disso, percebemos que, para Montesquieu, o regime despótico, entendido como um regime em que o governante age de forma arbitrária, constitui uma realidade passível de ocorrer em qualquer lugar. Como consequência, o melhor modo que os cidadãos têm de se proteger contra tal regime consiste na criação de mecanismos para preveni-lo.

Referências:

BINOCHE, Bertrand. *Introduction à De l'esprit de lois de Montesquieu*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

_____. *Despotisme*. Dictionnaire électronique Montesquieu, 2008. Disponível em: <http://dictionnaire-montesquieu.ens-lsh.fr/index.php?id=395> . Acesso em: 14/08/2008.

BORGES, Jorge Luis. *Sete Noites*. São Paulo: Editora Max Limonad Ltda., 1983.

DÉDÉYAN, Charles. *Montesquieu ou l'alibi persan*. Paris: Sedes, 1988.

DESPOTIQUE, DESPOTIQUEMENT. In: Le Dictionnaire de l'Académie Française. Paris, 1694, p. 321.

DESPOTISME. In: Dictionnaire Universel François et Latin. Trévoux, 1721, p. 705.

GOYARD-FABRE, Simone. *Montesquieu: la Nature, les Lois, la Liberté*. Paris: Presses Universitaire de France, 1993.

GROSRICHARD, Alain. *Estrutura do Harém: Despotismo Asiático no Ocidente Clássico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

HERMAN, Jacques. *Guia de História Universal*. Lisboa: Edições 70, 1981.

KAISER, Thomas. The Evil Empire? The Debate on Turkish Despotism in Eighteenth-Century French Political Culture. *The Journal of Modern History*, Chicago, vol. 72, n. 1, p. 6-34, Mar., 2000. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3079534>>. Acesso em: 24/03/2009.

KOEBNER, R. Vicissitudes of a Political Term. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, v. 14, n. 3/4, p. 275-302, 1951. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/750343>>. Acesso em: 12/03/2009.

¹⁰ Logo após a publicação “Do Espírito das Leis”, em Genebra, e o seu aparecimento na França, essa obra é censurada no território francês. Percebe-se, também, que tanto os jesuítas quanto os jansenistas atacam esse livro em nome da religião.

MONTESQUIEU. *Cartas persas*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Paulicéia, 1991.

_____. *Considerações sobre as Causas da Grandeza dos Romanos e de sua Decadência*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

_____. *Do Espírito das Leis*. Tradução de Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. São Paulo: Abril Cultural, 1979

_____. *Oeuvres Complètes*. Paris: Seuil, 1964.

PANGLE, Thomas. *Montesquieu's Philosophy of Liberalism*. Chicago: The University of Chicago Press, 1973.

SANTOS, Antônio Carlos dos. O conceito de despotismo em Montesquieu. *Kriterion*, Belo Horizonte, n 99, Jun/99, p.38-53.

SHKLAR, Judith N. *Montesquieu*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

SPECTOR, Celine. *Montesquieu Les "Lettres Persanes": De L'Anthropologie a la Politique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

STAROBINSKI, Jean. *Montesquieu*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda., 1990.

_____. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VALENSI, Lucette. *Venise et la Sublime Porte: La naissance du despote*. Paris: Hachette, 2005.